



CEARÁ

**Encontro marcado
com o futuro**

Lúcio Alcântara



SENADO FEDERAL

CEARÁ

**Encontro marcado
com o futuro**

Senador Lúcio Alcântara

Discursos

Brasília – 1998

Editado pelo gabinete do
Senador Lúcio Alcântara

Projeto editorial:
Ricardo Alcântara

Programação visual
e diagramação:
Carlos Wagner

Secretaria-Geral:
Celso Machado

Impressão:
**Secretaria Especial
de Editoração e Publicações**

SUMÁRIO

O Ceará em primeiro lugar	5
A pesca	7
O Castanhão e o Ceará	13
O Projeto São José	17
Mortalidade infantil	21
Parque eólico e metrofor	25
O novo aeroporto internacional em Fortaleza...	29
A industrialização do Ceará	33
Segurança pública.....	39

O CEARÁ EM PRIMEIRO LUGAR

Quando percorri o Ceará em campanha para o Senado, levei a toda parte o compromisso de, durante o mandato que o povo ali me conferisse, colocar “O Ceará em primeiro lugar” nos oito anos em que estivesse investido da condição de um representante parlamentar da minha terra junto aos poderes da República.

De fato, nestes dois anos e alguns meses iniciais de mandato, tem sido um eixo fundamental na minha atuação “zelar”, como me pronunciei na tribuna do Senado em meu primeiro discurso, “pela posição do Ceará na busca de um mais equilibrado funcionamento do concerto entre os estados federados”.

Nossa realidade sócio-econômica, como é do conhecimento de todos, exige investimentos, apesar do progressivo quadro de melhorias conquistadas nos dez anos recentes. Há um lento processo de descentralização econômica que beneficia o Nordeste e, em particular, o Ceará, que tem aproveitado melhor as oportunidades que as circunstâncias históricas nos oferecem. Mas estamos distantes de um perfil de equilíbrio social, nem diria ideal, mas sequer próximo daqueles índices apresentados pelas demais regiões brasileiras.

Mas não tem sido uma tarefa árdua defender os interesses do Ceará. O movimento de mudanças políticas, liderado pelo atual Governador,

dor Tasso Jereissati, nos devolveu credibilidade, e hoje somos uma referência para um elenco inumerável de questões com que se debatem outros estados brasileiros.

A maior parte dos grandes investimentos infra-estruturais que o País desenvolve no momento está aqui, como a construção de um aeroporto internacional e de um porto marítimo, de uma enorme reserva hídrica como o Castanhão e um complexo siderúrgico de primeira linha. Isto sem falar no acelerado processo de industrialização, com a interiorização dos meios de produção e a conseqüente desconcentração econômica e populacional.

O Ceará que hoje defendemos em Brasília ainda é um Estado pobre. Mas hoje já não pedimos apenas um auxílio solidário à Nação: exigimos a justa cota de confiança e investimento que os cearenses fizeram por merecer.

É disto que se trata esta coletânea de textos, sumarizados a partir de pronunciamentos realizados na tribuna do Senado Federal e de artigos publicados na imprensa.

Lúcio Alcântara

A PESCA

Vinte e nove de junho não passa jamais em nossas memórias como um dia qualquer. Do lado religioso, o dia é dedicado a São Pedro, o primeiro papa-pescador da Igreja Católica, o salvador de almas. Do lado secular, o dia é dedicado ao próprio pescador, o grande provedor de peixes, o salvador de homens.

Trabalhador exímio, conhecedor dos mistérios e dos perigos do mar e dos rios, estabelece o laço de união entre a terra e a água, fixa um fascinante canal de comunicação cuja linguagem é o labor silencioso e o respeito à natureza.

Para o Ceará, o pescador tem destaque inestimável. Ao longo de toda nossa costa, não há ponto de areia no horizonte de nossas dunas que não exale o aroma inefável de peixe, e de peixe bom, pescado por homens humildes, decentes, corajosos e heróicos.

Orson Welles, na antológica passagem pelo Ceará nos anos quarenta, ficou espantado com a comunidade pesqueira de Fortaleza. Num gesto de muita generosidade e simpatia, o maior cineasta de todos os tempos não hesitou em projetar nas telas do mundo inteiro a épica jornada de quatro pescadores cearenses pela costa atlântica abaixo, no trajeto extenso das águas de Fortaleza até a baía da Guanabara, no Rio de Janeiro.

Talvez fruto de um rompante romântico, mas não menos politicamente sincero, os quatro

pescadores enfrentaram ventos e ventanias, tempestades e borrascas, vendavais e redemoinhos e muito mais para unicamente cumprir o compromisso de denunciar ao Governo Federal as injustas condições de vida dos pescadores, bem como as precárias condições de sobrevivência de sua economia.

Meio século nos separa do cinema realista de Welles, e a realidade cearense parece ter projetado novo cenário para o pescador de hoje. O homem do mar não está mais só. Ao integrar-se mais efetivamente ao meio social do qual o Poder Público, por definição, é agente de proteção, há suspeitas de que o mar deixou de ser a única companhia das comunidades pesqueiras no Ceará. Isso poderia corresponder a um panorama alentador. Infelizmente, não o é tanto assim.

Se, de um lado, a integração do pescador lhe garantiu novos direitos perante o Estado, de outro, sua condição ontológica supostamente obsoleta dentro dos padrões racionalistas de trabalho moderno lhe impõe um relógio de vida com duração duvidosa.

Amparada pela Companhia Estadual de Desenvolvimento Agrário e de Pesca (CEDAP), a população pesqueira do Ceará, que não é proporcionalmente modesta, pode contar hoje com o apoio do órgão para o crédito e para a comercialização de seus produtos.

Diretamente voltados para a questão do financiamento ao pescador e a suas associações, os projetos Jangadeiro e Canoeiro, por exemplo, chegam a envolver mais de quinhentos e cinquenta contratos firmados com pescadores e entidades afins.

Com o auxílio de recursos oriundos do BNDES e do orçamento do Estado do Ceará, o CEDAP só pôde implementar seus projetos graças ao apoio e o incentivo que recebeu durante a

gestão do então e atual Governador, Tasso Jereissati. Sou testemunha de que, mais que um mero aceno ao consentimento de conveniências, o apoio aos projetos ligados à área pesqueira virou verdadeiro compromisso político de Jereissati.

Enquanto o projeto Jangadeiro, que teve início em 1990, se propõe basicamente a financiar o pescador marítimo na construção e na recuperação das embarcações, o projeto Canoeiro, que data de 1989, visa a atender ao pescador de águas interiores naquilo que lhe falta de infra-estrutura material.

Para viabilizar seus projetos, o CEDAP mantém treze postos de revenda de materiais de pesca e quatro frigoríficos para facilitar o escoamento da produção pesqueira artesanal, o que resulta na formação de preços justos à mesma produção.

Evidentemente, isso não é suficiente para assegurar uma vida tranqüila às intempéries que freqüentemente ameaçam a subsistência dos pescadores. A Lei nº 8.287, de dezembro de 1991, prevê a concessão de benefícios do Seguro-Desemprego aos pescadores profissionais que exerçam sua atividade de forma artesanal. Reivindicação histórica dos pescadores, no Ceará, o Seguro-Desemprego torna-se uma fonte de renda indispensável, na medida em que de janeiro a abril, por força de portaria expedida pelo IBAMA, é terminantemente proibida a pesca da lagosta.

Segundo dados colhidos junto à Fundação Instituto de Planejamento do Ceará, cerca de quatro mil pescadores artesanais já foram beneficiados com o programa. Quanto ao valor percebido, os beneficiados recebem, no total, quatro salários mínimos parcelados mensalmente, o que significa apenas atender parcialmente ao pleito de igualdade de tratamento entre trabalhadores urbanos e marítimos. Mesmo assim, de 1993 até 1995, o

crescimento estimado de pescadores cearenses contemplados com o Seguro-Desemprego é de quatrocentos por cento.

Apesar do pouco sucesso das políticas governamentais em desenvolver o setor pesqueiro no Brasil, não se pode deixar de reconhecer a importância da pesca artesanal exercida por pequenos produtores. Para se ter uma leve idéia do que isso implica, no Ceará, esse segmento foi responsável por setenta por cento da produção anual de pescado em 1991. As embarcações artesanais no Ceará somam um número aproximado de quatro mil barcos, que se dedicam à captura tanto de pescados nobres (lagosta, camarão e pargo) quanto de pescados do tipo popular.

Diante de um número tão significativo de barcos e pescadores no Ceará, não podemos ficar indiferentes ao papel que o setor pesqueiro exerce em nossa economia. Sem exageros, a pesca absorve mais de dezessete mil empregos diretos em sua atividade, bem como patrocina sustentação básica para cerca de cem comunidades pesqueiras ao longo de vinte municípios litorâneos do meu Estado.

Mas na falta de uma política nacional que disponha seriamente sobre o setor da pesca, a comunidade pesqueira se vê ameaçada hoje pelas pressões execráveis que os grupos imobiliários, conglomerados turísticos e a pesca industrial exercem diuturnamente junto ao pescador humilde. Em lugar das rudes paredes de taipa em cima de um chão de areia sustentadas por robustos troncos dos coqueiros, o desvario imobiliário quer a qualquer custo levantar os mais gigantescos condomínios praiheiros.

Exausto de tanta pressão a cercar o seu cotidiano, o pescador cearense não parece ter mais forças para resistir por muito tempo. Isso se expressa veladamente nas estatísticas que indicam queda relativa da produção pesqueira no Estado. Desde

1993, a produção de pescado não tem mais acompanhado o ritmo impresso no começo da década.

Sem a proteção explícita do Governo Federal em direção da manutenção desse tipo de atividade econômica, os pescadores antecipam seu fim e já mandam encomendar seu espaço nas dunas dos últimos cemitérios praieros. Enquanto isso não se consuma, a comunidade pesqueira silenciosa repete o gesto de Penélope e tece suas redes de náilon lentamente à sombra de um velho coqueiro cearense.

Na verdade, no dia de São Pedro, o sentimento deveria ser de festa e assim deve continuar a ser. É preciso que se faça alguma coisa, e a iniciativa deve partir de todos aqueles que se sensibilizam com a proteção à natureza, aos costumes nativos e ao pescador solitário. Seja com curral, com a rede caçoeira, com a tarrafa ou com a linha, a pesca deve ser preservada em sua manifestação mais primitiva, mais sagrada.

Por sua vez, o pescador, inspirado numa sabedoria milenar, persegue o equilíbrio ecológico naturalmente e se prepara para comemorar ritualmente hoje a abundância de frutos que o mar lhe reserva. A festa da procissão marítima de São Pedro, que acontece anualmente, renova as alianças do mar com a terra e sopra fortes ares de esperança rumo aos homens.

Por fim, parafraseando o maneirismo brilhante de Padre Vieira, a navegação do mar alto verdadeiramente é admirável. Não se vê ali mais que mar e céu. E contudo, naquela campanha imensa sem rastro, sem estrada, nem baliza, o piloto leva a nau como por um fio; não só aos horizontes mais remotos deste hemisfério, mas ao porto mais incógnito dos antípodas. E como faz, ou pode fazer isto o piloto? Governando ele no mar, e sendo governado do Céu...

30 de junho de 1995

O CASTANHÃO E O CEARÁ

Na semana passada, estive no Ceará o ministro dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, Gustavo Krause, comunicando a possibilidade concreta da conclusão de obras hídricas inacabadas, como também a viabilização do início da construção do Açude Castanhão. Foram assinados convênios e anunciada a liberação de recursos para a conclusão de empreendimentos que se encontram em andamento e paralisados, um “cemitério de obras”, para usar um termo aplicado pelo ministro, que inclui cinco barragens de médio porte e três projetos de irrigação.

Nas barragens já foram investidos recursos que correspondem a 80% do valor das obras, que aliás estavam sofrendo destruição e, além disso, deixando de beneficiar 150 mil pessoas com abastecimento d'água, piscicultura e irrigação, e com o lucro cessante de 65 milhões de reais por ano. Os projetos de irrigação, por sua vez, já receberam 75% do total dos recursos e estavam sem irrigar 10 mil hectares e deixando de arrecadar uma receita bruta de 45 milhões de reais por ano.

Todas essas obras se inserem num projeto estratégico para lidar com os recursos hídricos do Ceará, o qual vem sendo viabilizado desde o primeiro Governo Tasso Jereissati. Para simplificar tais execuções, está se montando um sistema de gerenciamento integrado desses recursos no território cearense.

O Governo Tasso Jereissati elaborou um plano estadual de recursos hídricos, colocando o Ceará ao lado de São Paulo, como o segundo Estado brasileiro a contar com esse instrumento de trabalho. Tal fato possibilitou empréstimo junto ao Banco Mundial, num programa denominado PROURB, no valor de 120 milhões de dólares, que resultará na construção de 40 açudes, gerando uma reserva de 1,8 bilhão de metros cúbicos, com 20% a mais das águas hoje acumuladas.

Existe outra demanda junto ao Banco Mundial no sentido de aprovação de um projeto de integração das bacias hidrográficas do Ceará, que afastaria, parcialmente, o efeito da dependência das chuvas. O projeto se encontra em fase de análise.

O terceiro projeto refere-se ao mapeamento hidrogeológico do Estado que em termos práticos redundará na perfuração dos poços dotados de dessalinizadores ao longo das vias de carro-pipas. Vão se evitar os tradicionais programas cava-buracos, tornando potáveis as águas salinizadas que ocorrem no cristalino.

É importante ainda ressaltar que a Administração estadual está implantando os Comitês das Bacias, com a participação de usuários e órgãos públicos, visando reduzir o desperdício e gerenciar os recursos hídricos de forma integrada. O gerenciamento será informatizado, estabelecendo-se um mercado de águas com cobrança de tarifas.

É dentro desse contexto de gestão integrada das principais bacias do semi-árido que se insere a construção do Açude Castanhão. Ele aumentará a disponibilidade da água acumulada no Ceará, juntamente com os assuntos do PROURB, para 20 milhões de metros cúbicos, ou seja, 60% a mais do que em 1986, época do início do primeiro Governo Jereissati. É bom ressaltar que essa capacidade de acumulação ainda está distante da ideal, estimada entre 30 e 35 milhões de metros cúbicos.

O Castanhão armazenará três vezes a capacidade do nosso maior açude, o Orós. Quando cheio, alcançará 6,7 bilhões de metros cúbicos de água. O protocolo coroa um sonho de 84 anos, pois datam de 1911 os primeiros estudos.

O impacto ambiental foi analisado e decidido em 1992, quando o Conselho Estadual do Meio Ambiente licenciou o início da obra. Nesse mesmo ano, o DNOCS realizou estudos visando selecionar áreas propícias à construção da nova sede urbana de Jaguaribara, que será inundada.

Com a construção do Açude do Castanhão, pretende-se atrair a iniciativa privada para aproveitar áreas irrigáveis que contam com projetos executivos na Zona de Transição de Morada Sul, com 8 mil hectares; a Chapada Jaguaruana-Castanhão, com 10 mil hectares e a Chapada Jaguaruana-Aracati, com 25 mil hectares, totalizando 43 mil hectares, sem considerar outras terras irrigáveis ainda sem projeto.

É interessante ressaltar a importância estratégica da obra, ou seja, o fato de que ela não é uma obra isolada. Insere-se no contexto de um projeto desenvolvimentista do semi-árido nordestino. O Castanhão rompe as fronteiras estaduais, contribuindo para a viabilização da transposição das águas do rio São Francisco – cujo projeto está em exame no Ministério do Meio Ambiente, e suas primeiras iniciativas aguardamos que sejam anunciadas pelo Ministro Krause –, pois o Castanhão serve de depósito intermediário ou barragem-pulmão para a distribuição da água transposta entre os vários Municípios do semi-árido.

Porém, não podemos perder de vista que a água vai inundar cidades e povoados, forçando o deslocamento de populações humildes. Queremos segurança absoluta para os habitantes de Jaguaribara e de toda a área inundada pela barragem que abrange cerca de dez mil pessoas.

O Castanhão não deve ser construído antes que as indenizações sejam devidamente pagas e que as pessoas estejam seguras de que ficarão em situação de vida no mínimo semelhante à que possuíam anteriormente. Uma obra de resolução econômica de vastas áreas do semi-árido não pode começar com o sacrifício dos mais humildes.

As indenizações a serem pagas aos posseiros e proprietários de terras, que serão cobertas pela barragem, deverão obedecer às tabelas compatíveis, tendo em vista, inclusive, a futura valorização das terras circunvizinhas. Essas populações devem se beneficiar de treinamentos em irrigação, para que possam ser aproveitados nos agronegócios que se instalarão devido à construção da barragem.

É com essa advertência final que dou conhecimento ao Senado Federal das providências para o início das obras do Açude Castanhão, grande indutor do desenvolvimento do semi-árido em parceria entre o Governo Federal e o do Estado do Ceará.

10 de agosto de 1995

O PROJETO SÃO JOSÉ

Governar no Brasil é um exercício permanente de criatividade. Faltam recursos e sobram problemas. O reduzido volume de atividade econômica, agravada pela existência de crises seculares, torna o exercício do poder algo diferente, desafiador, instigante e extremamente seletivo. Os problemas sociais se avolumam, os desequilíbrios são notáveis e as dificuldades são enormes.

Governar é, sem dúvida, eleger prioridades. Porém, quanto mais prioridades o Governo tenta definir, mais nítida se torna a necessidade de haver uma ação integrada na direção de socorrer e apoiar as populações carentes. O Governo do PSDB no Ceará vem, a duras penas, conseguindo resultados extremamente positivos, apesar das dificuldades naturais do Estado.

O Projeto São José já beneficia cerca de 200 mil pessoas de 469 comunidades espalhadas por 126 municípios. O sucesso do programa é tão grande que a iniciativa se transformou em modelo e exemplo para o Banco Mundial. Grupos de pequenos produtores rurais, de pescadores, de artesãos, donas-de-casa, mães, pais, jovens, todos podem participar, desde que estejam unidos em torno de um objetivo comum, qual seja: a melhoria da renda no campo ou da qualidade de vida na cidade.

O projeto funciona com duas linhas. Na do Programa de Apoio Comunitário, os interessados

consultam diretamente os técnicos das secretarias. Por intermédio do Fundo Municipal de Apoio Comunitário, as comunidades encaminham os projetos, desenvolvidos gratuitamente, aos conselhos municipais de desenvolvimento sustentado. A comunidade participa de todas as etapas, desde a identificação da carência até a avaliação do projeto.

As secretarias responsáveis pela análise dos pedidos já possuem modelos próprios de projetos. Existem modelos de sistema de abastecimento comunitário, de perfuração e instalação de poços tubulares com chafariz, para abastecimento de água simplificado, com ou sem dessalinizador, com energia solar, eólica ou elétrica. Possuem modelos de irrigação comunitária, horta comunitária, fruticultura irrigada por aspersão ou gotejamento e barramentos comunitários, com ou sem passagem de veículos, e açudes de pequeno porte.

A Secretaria de Trabalho e Ação Social é uma das mais envolvidas com o Projeto São José. Recebe pedidos para instalação de fábrica de velas, curtumes de pele e couro de peixe, fábrica de água sanitária e detergente, artesanato em geral, unidade de raspa de mandioca, oficina de marcenaria, de serralheria, creches comunitárias e centros integrados de capacitação para o trabalho. A Secretaria de Educação recebe pedidos para reforma ou ampliação de escolas comunitárias nos locais onde a ação pública não se faz sentir.

O Projeto São José termina custeando obras que seriam de responsabilidade do Poder Público, como escolas, creches e postos de saúde, apesar de a idéia básica que lhe deu origem ser a preocupação em gerar emprego e renda para o homem do campo. Projetos produtivos também procurados são os de miniusinas de pasteurização de leite, irrigação por inundação, bovinocultura, ovinocultura, caprinocultura, casa de farinha, compra de trator,

que são acompanhados pela Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária.

Os técnicos da Secretaria de Indústria e Comércio elaboraram projetos para indústrias de sandálias e sapatos, indústrias de confecções tanto em malha como em camisaria e calças jeans, fábricas de fechaduras e dobradiças e padarias. A Secretaria de Ciência e Tecnologia é procurada quando as comunidades querem processar frutas, pescados e outros alimentos ou na prestação de serviços técnicos em oficinas mecânicas ou elétricas. Todos aqueles que precisam de cacim-bão, pequeno açude, irrigação, miniusinas, fábricas de beneficiamento, compra de implementos agrícolas, creches, escolas ou postos de saúde sabem que os caminhos conduzem ao Projeto São José, do Governo do Estado do Ceará.

O Governo Tasso Jereissati, que já se orgulhava, por justa razão, do êxito do Projeto São José, teve mais motivos para se envaidecer com a presença, no Ceará, de dois dirigentes do Banco Mundial, Edilberto Segura e Carl Dahlman, este último representante do BIRD no México. Visitaram projetos em Crateús e Paracuru. A visita foi uma exigência da instituição ao México, para só liberar projetos destinados àquele país se tivessem a mesma linha de ação comunitária utilizada no Ceará.

Comecei meu discurso falando da criatividade necessária para encontrar elementos que, apesar da escassez generalizada de recursos, empurrem a comunidade na direção do desenvolvimento. O Projeto São José é um exemplo desse esforço, que frutifica em qualquer território, independentemente da paixão política ou da ideologia praticada pelos dirigentes.

Os recursos aplicados no Projeto São José originam-se no Banco Mundial, por intermédio de empréstimos contraídos pelo Governo Federal. O banco entra com 70% e o Estado com os 30%

restantes. A cidade beneficiada também precisa criar um fundo de reserva como contrapartida, além de assegurar recursos para manter o projeto. Na aprovação do projeto são levados em consideração critérios como o fato de a comunidade nunca ter sido assistida, aquelas que tocaram com êxito outros projetos e sempre o número de beneficiados, de empregos gerados e a renda que resultará da implantação daquele projeto.

Essa é a mensagem que as conquistas cearenses na arte de governar irradiam. O Governador Tasso Jereissati tem conseguido êxitos, vitórias, em território perseguido por dificuldades históricas e pela inclemência da natureza.

É bom, Sr. Presidente, Srs^a e Srs. Senadores, trazer esse exemplo cearense para o conhecimento do Senado da República. A criatividade está a serviço da melhoria da vida de todo o povo do Ceará.

6 de setembro de 1996

MORTALIDADE INFANTIL

No final de 1995, de acordo com o relatório do Programa de Agentes de Saúde, divulgado pela Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, houve uma queda da taxa de mortalidade infantil no Estado, mostrando uma tendência que vem se verificando desde o primeiro governo Tasso Jereissati.

Os resultados dos dez primeiros meses do ano de 1995 revelam uma taxa de mortalidade infantil de 52 mortes em cada 1.000 crianças nascidas vivas, índice menos trágico do que no ano anterior, quando as estatísticas registraram 57 mortes por 1.000 nascidas vivas. Para termos uma idéia da evolução registrada, há dez anos, quando do primeiro governo Tasso Jereissati, a proporção era de 75 mortes em cada 1.000 nascidas vivas.

Sabemos que a taxa ainda é alta e reflete uma situação social constrangedora que levará gerações para ser sanada. A nota importante é que a mortalidade caiu sem a necessidade de medidas caras e sofisticadas, o que mostra que os vergonhosos índices de mortalidade infantil brasileiros podem ser melhorados a curto prazo, como acontece no Ceará.

Fundamentalmente foram adotados duas medidas básicas, ou seja, o aleitamento materno e o soro oral. Ambas serviram para prevenir a desidratação, principal fator de mortalidade nas diarreias infantis.

Em 1987, no Ceará, o índice de aplicação do soro oral era de apenas 25%, e em 1994 quase dobrou, alcançando 52%. Na verdade a descoberta do soro caseiro constitui-se em ovo de Colombo, um marco entre duas eras. Segundo dados do UNICEF, as nações pobres passaram a contar com um meio eficiente e barato para alcançar o que antes se pensava que só se conseguiria a custos altíssimos e inacessíveis aos países em desenvolvimento.

Além da introdução massificada do soro oral, a Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, dentro dos princípios da medicina preventiva, aplicou de forma eficiente a cobertura vacinal.

Tal fato contribuiu expressivamente para a queda da taxa de mortalidade infantil. Houve um expressivo progresso nesta área, pois enquanto em 1987 a cobertura do BCG atingia apenas 59% das crianças entre 12 e 23 meses, em 1995 alcançou-se a 97% das crianças. Em relação à cobertura vacinal contra a poliomielite, em 1987, a imunização alcançava 65% das crianças; este ano alcançou 94%.

Todos esses fatos contribuíram para retirar o Estado de uma posição vexatória, alçando-o à terceira melhor cobertura vacinal do País.

Naturalmente que para obter tais resultados, a população precisa ser amplamente informada, conscientizada e acompanhada. O Ceará também foi pioneiro neste aspecto. Ainda na primeira administração Tasso Jereissati, introduziu-se milhares de agentes de saúde no interior, inspirado na estratégia chinesa de utilização dos médicos descalços. As Pastorais Católicas também foram chamadas a colaborar com o governo e atuaram decisivamente no interior do Estado e nos bairros periféricos de Fortaleza.

Através desses comentários é possível concluir que o enfrentamento da miséria exige uma

decisiva vontade política. É possível reduzir a mortalidade infantil a taxas irrisórias, se de fato houver um interesse concreto.

É hora de abandonar a tese que se deve esperar que o País enriqueça, alcance uma situação privilegiada em termos de desenvolvimento econômico para resolver estas questões básicas que envergonham o País, entre os quais se incluem também o problema do menino de rua.

Na atual situação econômica do País e com os recursos disponíveis, é possível acabar com essas questões que nos colocam ao lado dos países mais primitivos do mundo.

O Governo do Ceará nos dá um exemplo, através de decisões e de ações continuadas pode interferir com determinação nos problemas sociais básicos, como é o caso da mortalidade infantil.

17 de janeiro de 1996

PARQUE EÓLICO E METROFOR

O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, empreende mais uma de suas viagens internacionais, desta vez com escala em São Francisco, nos Estados Unidos. Sua Excelência vai ao Japão e toda a imprensa considera essa uma de suas viagens mais importantes.

Além dos contatos que fará com autoridades e empresários japoneses, inclusive com as três grandes montadoras de veículos, o Presidente vai assinar uma série de acordos e empréstimos internacionais feitos através de instituições governamentais do Japão, que devem beneficiar diferentes Estados brasileiros, em diferentes setores da nossa economia.

Para nós tem um significado de particular importância essa viagem do Presidente da República. O Governador Tasso Jereissati participa da comitiva porque há dois projetos a ser financiados pelos japoneses e que dizem de perto aos interesses do nosso Estado.

Um deles, é o chamado Parque Eólico Comercial, de 30mw, no litoral do Ceará. Esse projeto será constituído de duas usinas de geração de energia eólica, a ser instaladas em Paracuru e Camocim, respectivamente.

O valor do empréstimo é da ordem de US\$99.338 milhões, sendo que o governo japonês, através do Fundo de Cooperação Econômica

Ultramarina, financiará US\$60 milhões. O restante será a contrapartida do Estado.

Este projeto tem uma grande significação, não só na sua escala, porque permite atender cerca de 75 mil domicílios, ou seja, 375 mil habitantes em cada uma dessas usinas, mas também porque utiliza-se de energia natural, não poluente. Faz-se um aproveitamento do vento, que na costa cearense, principalmente nessas duas localidades, Camocim e Paracuru, tem uma velocidade que permite seu aproveitamento para geração de energia com fins comerciais.

Esse é um grande passo, porque a base do plano de governo do Estado do Ceará para esses quatro anos do Governador Tasso Jereissati é o chamado desenvolvimento auto-sustentável, desenvolvimento integrado, ou seja, aquele que procura aproveitar da maneira mais racional os elementos naturais, com a proteção do meio ambiente e a reciclagem de materiais, evitando a destruição do ambiente natural e das riquezas naturais, valorizando-as e permitindo o uso delas de modo a assegurar a integridade do meio ambiente.

O outro projeto que deverá também ser objeto de financiamento japonês e deverá ser assinado por ocasião dessa visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão, é o chamado Metrofor, um trem urbano de passageiros, que deverá beneficiar nossa capital, Fortaleza, e os municípios da região metropolitana, que são, além de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Maranguape, Pacatuba e Guaiúba.

Esse projeto está previsto para ser implantado em três etapas; ao final das três etapas, esse trem poderá transportar cerca de 380 mil passageiros por dia. O projeto prevê a criação de uma linha privativa para transporte de cargas, o que vai contribuir para permitir o melhor escoamento das

cargas pelo Porto de Mucuripe, o que vai aliviar a linha de trem para o transporte de passageiros, ao mesmo tempo em que vai integrar o chamado Distrito Industrial de Fortaleza, que fica, na verdade, em Maracanaú, onde estão instaladas várias empresas e outras estão com projetos em curso para implantação, além de permitir o transporte de maneira mais confortável, seja quanto à qualidade do equipamento a ser utilizado, seja quanto à pontualidade e ao uso melhor desse transporte, garantindo segurança e conforto para os passageiros.

O projeto está estimado, nas suas três etapas, em US\$460 milhões, sendo que a primeira etapa, objeto desse acordo que vai ser assinado no Japão, terá um investimento de US\$268 milhões e, neste caso, o governo do Japão vai financiar o projeto integralmente, ou seja, 100%.

Prevê-se que, ao fim dessa primeira etapa, esse trem transporte cerca de 185 mil passageiros por dia, trazendo inclusive um benefício de natureza institucional e o cumprimento de uma das disposições da nossa Constituição – a estadualização do sistema de transporte de massa. A partir da liberação desse empréstimo, o Governo Federal vai transferir para a responsabilidade do Estado esse acervo da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU, e da própria Rede Ferroviária Federal S.A., e o Estado assumirá o encargo de administrar esse sistema metropolitano de trens para o transporte de passageiros e de cargas.

Isso significa um passo a mais no processo de descentralização da política de transportes e da assunção de novas responsabilidades pelo Estado com o objetivo de atender ao disposto na Constituição Federal, admitindo-se que esses investimentos vão permitir ao Estado a exploração racional desse sistema de transportes com grandes ganhos para os passageiros que, como já disse, poderão ser transportados mais conforta-

velmente, com pontualidade, contando com uma maior segurança proveniente dos equipamentos que estarão disponíveis.

Portanto, se a visita do Presidente Fernando Henrique é importante para o Brasil por várias razões, para nós, do Ceará, tem uma importância adicional, já que no caso do sistema metropolitano de trens, significa um projeto iniciado quando o Governador Tasso Jereissati governou o Ceará pela primeira vez. As dificuldades de mobilização desses recursos e de obtenção dessa parceria internacional protelaram a sua execução. Agora, graças à determinação do Governador Tasso Jereissati e da sua equipe de governo, à sensibilidade do Presidente Fernando Henrique e ao fato de que novamente o Japão se dispõe a financiar projetos de interesse do País – que estão também na órbita das preocupações do governo japonês –, vamos ter esses recursos disponíveis para a execução das duas obras que acabei de mencionar.

11 de março de 1996

O NOVO AEROPORTO INTERNACIONAL EM FORTALEZA

Gostaria de comunicar a assinatura, pelo Governador do Ceará, Tasso Jereissati, amanhã, dia 26 de abril, da Ordem de Serviço, com imediato início, das obras de construção do novo Aeroporto Internacional Pinto Martins, em Fortaleza.

Este aeroporto, que teve sua origem na pista do "Alto da Balança", implantada entre 1930 e 1940, e que em 1946 foi instalada pelo governo norte-americano na Base Aérea de Apoio, teve o seu primeiro terminal de passageiros e o pátio principal de aeronaves construídos em 1966.

A partir de 1974, a administração do Aeroporto passou à INFRAERO. Desde então, várias readequações foram implantadas por esta empresa, como a ampliação de 2.000m² no Terminal de Passageiros, em 1980, e do Pátio, em 1983.

O novo aeroporto terá 27.000m² de área construída, com capacidade para movimentação de 2.500.000 passageiros por ano. O Pátio de aeronave contará com 7 pontos de embarque (*finger*) e 120.000m² de área. Será construído um estacionamento para 1.000 veículos. O aeroporto contará com 31 balcões de *check-in* e 8 portões de embarque.

Este grande empreendimento, que representa para o povo cearense um marco no desenvol-

vimento turístico do Estado, viabilizou-se com recursos do PRODETUR, oriundos do financiamento do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento ao Governo do Estado do Ceará (50%), e contrapartida do Governo Federal, através da EMBRATUR, vinculada ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (50%).

A responsabilidade pela contratação dos serviços ficou a cargo da INFRAERO – Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária, vinculada ao MAER – Ministério da Aeronáutica. A viabilização deste empreendimento só está sendo possível graças à ação conjunta desenvolvida pelo BNB e o Governo do Estado, através de suas Secretarias vinculadas.

O valor da construção do novo aeroporto internacional totaliza R\$49.797.998,75, com o prazo de execução previsto para um ano. Uma segunda obra está também sendo iniciada. Trata-se da via de acesso ao Aeroporto. O valor dessa obra é de R\$7.008.564,25, e o prazo de execução é de 180 dias.

O projeto de arquitetura do novo terminal de passageiros do Aeroporto Pinto Martins busca, em suas formas e distribuição, criar um ambiente moderno e funcional, segundo sua destinação internacional, sem perder de vista as características da cultura cearense. Assim, temos um terminal tecnologicamente avançado e que, sem dúvida, marcará a paisagem como símbolo de um povo e sua época.

Este equipamento está previsto no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Ceará. O Plano prevê que, em termos conceituais e estratégicos, o Estado desenvolverá o seu produto turístico dentro do conceito de turismo com conservação da natureza, o qual envolve o planejamento integrado das ações para manutenção dos recursos naturais, humanos e culturais, preservando o patrimônio

turístico, ecológico e a ambiência das áreas ocupadas pela população local.

Dentro desta configuração, a ação governamental para o turismo no Estado está sendo desenvolvida segundo um enfoque sistêmico em três grandes linhas: 1) ação territorial; 2) ação institucional; 3) ação comercial.

No enfoque da ação territorial, estão sendo empreendidas ações de planejamento e operação, envolvendo o planejamento estratégico físico, geográfico, ambiental, sócio-econômico e normativo da base territorial. Como desdobramento deste, estão sendo definidos programas e projetos de infra-estrutura turística.

A ação institucional, por sua vez, compreende as atividades de desenvolvimento turístico: promoção, *marketing* e informação para os níveis e/ou áreas de Governo, usuários, investidores e operadores. Além disso, estão incluídas a gestão institucional do turismo e a capacitação de recursos humanos para desempenho na atividade.

A ação comercial consiste nas atividades de comercialização e fomento ao turismo, dirigidas principalmente para investidores e operadores, envolvendo a captação de negócios e comercialização, o financiamento, os incentivos e a gestão de equipamentos turísticos.

Todo este esforço do Governo Tasso Jereisati, constituído de ações integradas, não está beneficiando apenas Fortaleza.

Parte da Costa SOLPOENTE à Região Turística II do PRODETURIS – CEARÁ, litoral a Oeste de Fortaleza, se constitui na primeira etapa do PRODETUR – CE. Engloba 6 (seis) sedes urbanas e 8 (oito) distritos e localidades, distribuídas nos Municípios de Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante e Caucaia, numa extensão de mais de 130 quilômetros de litoral.

O PRODETUR – CE é um Programa principalmente de obras múltiplas, constituindo em um desdobramento no setor de infra-estrutura básica do Programa PRODETURIS – CE. O cenário no qual inserem-se as intervenções do PRODETUR – CE é definido pelo PRODETURIS – CE, o instrumento de orientação e parceria dos investimentos da iniciativa pública – Estado e Prefeituras – e da iniciativa privada. O Governo é o indutor, através das ações de infra-estrutura básica, fortalecimento institucional e meio ambiente. A iniciativa privada é o agente interventor dos projetos e serviços e equipamentos turísticos e dos projetos de atividade produtivas que assegurem o desenvolvimento econômico da região.

Gostaria de finalizar, informando que o Ceará constitui-se, hoje, em grande pólo do turismo nacional, recebendo cerca de 750 mil turistas/ano. O novo aeroporto internacional e as outras ações reforçarão esta situação.

25 de abril de 1996

A INDUSTRIALIZAÇÃO DO CEARÁ

Nos primeiros dias de agosto deste ano, o Governador Tasso Jereissati assinou, na Federação das Indústrias do Estado do Ceará, protocolo de intenções para um investimento de 800 milhões de reais no distrito de Pecém, em São Gonçalo do Amarante.

Trata-se de uma siderúrgica que será construída paralelamente a um porto de águas profundas, no mesmo local. O porto, que absorverá recursos de mais de 67 milhões de dólares e que alcançará 220 milhões de dólares com as obras complementares, já será inaugurado com demanda de serviços assegurada e, portanto, com auto-sustentabilidade.

A realização deste investimento coroa um esforço pela industrialização do Estado, que vem sendo conduzido desde o primeiro governo de Tasso Jereissati. Fico feliz, também, por ser São Gonçalo do Amarante, no Ceará, berço de meus ancestrais.

São Gonçalo é um município que, como tantos outros no litoral cearense, vive da agricultura de subsistência, da pesca e, agora, do turismo, sem nenhuma indústria significativa.

Quando eu afirmo que a siderúrgica coroa um grande esforço dos atuais governos na atração de investimentos, é porque os resultados conse-

guidos são expressivos e estão cada vez mais atraindo a implantação de grandes projetos industriais com alto poder germinativo no Ceará.

Do segundo semestre de 1991 até junho de 1996, 325 empresas industriais, entre nacionais e estrangeiras, se instalaram no meu Estado, gerando investimentos diretos de US\$4,8 bilhões. Estes empreendimentos criam 66.000 empregos diretos e 264.000 indiretos.

Somente no ano passado, em 1995, a política de incentivos do governo do Ceará atraiu US\$614 milhões. Foram instaladas 70 empresas, gerando 20 mil novos empregos, 150% a mais que as ocupações criadas pelo Distrito Industrial de Fortaleza em 20 anos de existência. Este ano, 50 novas indústrias assinaram protocolo de intenções para se instalarem no Estado. O processo de desenvolvimento do Estado, especialmente no setor industrial, tem repercutido nos indicadores econômicos. O Produto Interno Bruto (PIB) cearense evoluiu positivamente de 1985 para 1995, com uma variação de 30%. Hoje, o Ceará participa do PIB nacional com 2,2%, enquanto em 1985 representava apenas 1,6%, valendo ressaltar que a participação do PIB industrial no PIB total do Ceará supera a média do Nordeste, que é de 28%, situando-se ao nível do brasileiro, que foi de 36%.

A renda *per capita* do Ceará é hoje de US\$ 2.227, correspondente a 61,94% da renda *per capita* nacional. Em 1986, representava apenas 33%.

A siderúrgica à qual se somará um pólo metal-mecânico reforçado reverterá uma tendência decedente do setor. Ele seguirá o pólo têxtil calçadista que, de setores estagnados avançaram consideravelmente.

A partir de 1987, segundo o Secretário da Indústria e Comércio do Ceará, Raimundo Viana,

um novo período foi inaugurado. Criou-se uma política de estímulo ao setor têxtil, atraindo os grandes investidores. E o salto aconteceu. O Ceará, que antes desse período industrializava 6% de todo o algodão processado no Brasil, atingiu, nesses últimos dez anos, a marca dos 17%.

Saímos do sexto lugar no pólo têxtil para a segunda colocação no País, como resultante de mecanismo adequado de política econômica e, principalmente, do resgate da credibilidade administrativa.

O mesmo processo perpassa hoje o pólo calçadista de desenvolvimento econômico. Conseguimos atrair novos investidores e avançar com mudanças fundamentais.

Hoje, dos 10 maiores fabricantes/exportadores de calçados do Brasil, seis estão instalados e já produzindo no Ceará. O resultado dessa política é que em quatro anos aumentaremos as nossas exportações em 100%, gerando de 300 a 350 milhões de dólares em exportação.

Com o pólo metal-mecânico percorremos o caminho inverso. Somos o maior consumidor de laminados planos do Nordeste (superando a Bahia e Pernambuco). Temos capacidade instalada de 300 mil toneladas, mas atualmente só processamos 160 mil, o que representa 48% de todo o consumo do Nordeste. Ainda que seja um número considerável, estamos longe de atingir a capacidade plena do pólo já existente, em função da eliminação do frete CIF uniforme (significa que o preço da chapa de aço se iguala com o preço na porta da fábrica de Volta Redonda e de qualquer metalúrgica no Ceará). O Governo Federal, por seu turno, retirou o sistema CIF, e o setor metal-mecânico foi apenado, perdendo, conseqüentemente, a competitividade.

Agora, com a implantação da siderúrgica de São Gonçalo do Amarante, que vai produzir 1 milhão

de toneladas/ano, com um investimento da ordem de 800 milhões de dólares, credenciamos o Ceará a ser um dos pólos metal-mecânico mais importantes do País, como já acontece com os setores têxtil e calçadista.

A CSC (Companhia Siderúrgica do Ceará), vai incorporar a mais moderna tecnologia, com um processo compacto e revolucionário, que não usa o carvão. Fará a redução siderúrgica a partir de gás natural, que é uma fonte energética extremamente barata e limpa. Dentro de pouco tempo a CSC vai gerar 20 mil empregos diretos nos setores de autopeças, linha branca etc.

A idéia de uma siderúrgica para o nosso Estado surgiu no primeiro Governo, nos moldes prevaletentes da época, que privilegiam o sistema empresarial estatal. Imagina, então, na implantação de uma empresa siderúrgica estatal no Ceará denominada SIDNOR.

Antes mesmo de assumir o Governo pela segunda vez, Tasso Jereissati retomou a questão da siderúrgica, mas agora sob uma outra ótica, de uma companhia de capital aberto majoritariamente privada. Assim, começaram os entendimentos com os representantes do Grupo Vicunha e das empresas CSN e Vale do Rio Doce, que demonstraram interesse na proposta estadual.

Mas, como qualquer projeto ousado e transformador, o projeto da siderúrgica passou a exigir enorme esforço para superar barreiras. Tínhamos o projeto da siderúrgica já nas mãos desse grupo de empresários e de técnicos do Governo, mas não dispúnhamos de um porto adequado para viabilizá-lo. Em outras palavras: sem um complexo portuário moderno e bem localizado, não teríamos como acolher e viabilizar uma siderúrgica. Então, tivemos de ir atrás do porto, outro grande esforço empreendido.

Finalmente, demos o passo inicial, lançando a construção do Porto de Pecém. Agora, estamos dando o segundo passo, mais largo ainda, que é o da implantação da Companhia Siderúrgica do Ceará, que vai transformar radicalmente o perfil do Estado, inserindo-o no contexto dos estados industrializados.

Para chegarmos aqui, tivemos o apoio decisivo também da PETROBRAS, que vai fornecer gás natural para o consumo da siderúrgica. Esse patamar, como disse o empresário Benjamin Steinbruch, Presidente da Companhia Siderúrgica Cearense, só foi alcançado graças à ousadia, ao trabalho e a sensibilidade dos cearenses. Estamos todos nós de parabéns e vamos continuar trabalhando para acelerar o desenvolvimento do nosso Estado, de forma objetiva e com a implementação de grandes projetos estruturantes.

Os efeitos multiplicadores serão observados relativamente à movimentação de grandes volumes de minérios, ferro-gusa e sucata, além de matérias-primas diversas, produtos semi-elaborados e produtos acabados. Constituem base suficiente para uma substancial expansão dos sistemas ferroviário e rodoviário de transporte, de par com diversificadas formas de serviços associados a esses sistemas.

E São Gonçalo do Amarante, dentro de poucos anos, será um lugar dinâmico, com mão-de-obra empregada e bem remunerada, podendo contribuir para atenuar as migrações para a capital e até atraindo contingentes populacionais de outras áreas menos privilegiadas do Estado.

21 de agosto de 1996

SEGURANÇA PÚBLICA

Desde algum tempo existem rumores de arbitrariedades, corrupção, tráfico de influência, enfim, tudo o que é contrário à missão do policial, na estrutura da Segurança Pública no Estado do Ceará. A tradição, não só no meu Estado e no País, tem sido aquela da adoção de medidas pontuais, pois por se tratar de um setor estratégico, não é fácil coletar evidências, existindo preocupações de evitar a desmoralização da força policial.

O Governador do Ceará decidiu quebrar esta tradição, dando uma resposta efetiva às inquietações da sociedade, resolveu, com coragem e seriedade, tentar alcançar as raízes do mal. Tasso Jereissati não titubeou em agir e designou uma comissão especial, composta de representantes do Governo e da sociedade, contando com membros do Ministério Público, OAB e Polícias Civil e Militar, dando novos rumos às questões que envolvem segurança pública.

A sociedade cearense, depois de ter conhecimento do relatório, sentiu que este documento honra a Comissão Especial no sentido de que tentou adentrar círculos até então inalcançáveis de poder dentro da organização policial, com vistas a um saneamento profundo, tal como exigido pela cidadania.

No relatório são apontados cerca de quatro dezenas de acusados, alguns dos quais pertencentes à mais alta hierarquia da Polícia, nas duas corporações. Dezesseis policiais civis (oito

delegados, oito investigadores e comissários), além de um grupo cujo número ainda não foi revelado, tiveram a quebra do sigilo bancário requerida pela Comissão Especial. Esse é outro mecanismo que a Comissão adotará para investigar possíveis enriquecimentos ilícitos das pessoas envolvidas com as denúncias feitas inicialmente.

A quebra de sigilo será solicitada ao Banco Central, que deverá fazer o rastreamento de contas em toda a rede bancária cearense, vasculhando qualquer banco onde algum dos nomes citados tenha sido cadastrado. Serão levantados dados bancários dos últimos 10 anos. Os extratos de contas dos pais e esposas dos policiais envolvidos também deverão ser investigados.

A Comissão já recebeu informações das 4ª e 5ª Zonas Cartoriais de Fortaleza sobre o patrimônio imobiliário dos mesmos 16 policiais, que terão os sigilos bancários quebrados. O pedido de registro de imóveis (terrenos e casas) foi feito a todas as Zonas Cartoriais de Fortaleza.

Na verdade, o que se esperava mesmo, eram os resultados. E eles estão chegando. Assiste-se a um verdadeiro desmascaramento do que acontecia nas hostes policiais. Havia muita desorganização e conivência, segundo a Comissão.

Quanto aos possíveis implicados, serão agora indiciados pela Justiça. Talvez seja uma operação mais demorada, mas igualmente necessária. Estes homens cometeram duplo crime. Primeiro, praticaram delitos. Segundo, negligenciaram na função delegada pelo povo. Devem ser punidos exemplarmente.

Mas não basta limpar a área. As propostas que agora surgem, serão o início de toda uma reelaboração do aparelho policial entre nós. Não se trata de apenas remendar buracos. O tecido

está esgarçado. Tem que recriá-lo em outras perspectivas. O Governador resolveu dar um basta à cultura do “caso isolado”, tomando medidas estruturais.

Uma mensagem governamental proporá modificações na Constituição estadual, de modo a dar instrumentos mais ágeis à Procuradoria-Geral do Estado para o andamento dos processos. A lentidão atual é responsável pelo acúmulo de processos naquela instituição e o conseqüente emperramento da Justiça.

Medidas cabíveis já foram definidas pelo Governador Tasso Jereissati, ou estão sendo articuladas. A criação de uma Ouvidoria Estadual e de um Conselho Estadual de Direitos Humanos a ela vinculado, como instrumentos postos à disposição do cidadão para se proteger dos desmandos do Estado, assim como a instituição de uma Corregedoria Única para conduzir as investigações nas duas Polícias – Civil e Militar–, sob a coordenação do Ministério Público, são providências da mais alta relevância. O mesmo pode se dizer da criação de uma Secretaria de Segurança e Cidadania que unificará em suas mãos os comandos da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, pondo-se fim à atual dualidade de mando, um dos grandes fatores responsáveis pela desarticulação da ação policial, pela dispersão de forças e pela luta intestina entre as duas corporações.

Seria talvez – esperamos nós – uma espécie de transição, até que se estabeleça um único organismo policial, de natureza civil (uma parte daquela fardada – policiamento ostensivo – e a outra científica e judiciária, dispensada do fardamento).

Dia 22 de abril passado, tomou posse como Secretário de Segurança do Ceará, o General-de-

Divisão Cândido Vargas de Freitas, que ficará responsável pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Corregedoria e a própria Secretaria de Segurança Pública. Tem 47 anos de exército e seu último posto foi no Comando da 6ª Região Militar, em Salvador, no qual esteve até poucos dias atrás.

Além das emendas constitucionais anunciadas, o Governo prepara uma série de medidas. Segundo informações, a estratégia é ir apontando as medidas aos poucos, para dar tempo ao Governo para novas avaliações. Boa parte destas medidas teriam sido sugeridas no relatório da Comissão, mas já estão sendo estudadas pelo Governador Tasso Jereissati, desde o início da Comissão Especial, que mostrou as fragilidades do sistema de segurança do Estado.

Entre as medidas, três são consideradas “fundamentais”. A primeira diz respeito às corregedorias. Atualmente existem duas corregedorias, uma para a Polícia Civil, outra para a Militar. Elas são dirigidas por membros da Corporação – um delegado na Polícia Civil e um oficial na Militar. Pelas mudanças estudadas pelo Governo, a Corregedoria seria única para as duas polícias e vinculadas ao Ministério Público. A criação da supersecretaria facilita essa mudança, já que as polícias passam a ter comando único.

A segunda medida do Governo atingiria as academias – órgãos responsáveis pela preparação dos policiais –, consideradas “ineficientes”. As academias passariam a ter um destaque, com autonomias financeira e administrativa. Existe também a opção de criação de convênios com as universidades. As mudanças teriam reflexos diretos na seleção e preparação de novos policiais.

A mudança maior deve acontecer nos estatutos. Os critérios de avaliação de promoção, uma maior hierarquia na Polícia Civil, maior celeridade na tramitação dos processos adminis-

trativos disciplinares são algumas das mudanças estudadas nos dois estatutos.

Iniciativas não menos importantes dizem respeito à modificação dos estatutos de ambas as corporações, assim como a instituição de um novo estatuto para as Academias Policiais, ligando-as, provavelmente, à estrutura da Universidade Estadual do Ceará. Essa providência serviria para dar uma formação menos corporativa aos policiais, inserindo-se numa cultura de cidadania.

O Governo estadual também vai se pronunciar a respeito da reestruturação do Instituto Médico Legal e do Instituto de Criminalística, vinculando-os à Secretaria de Ciência e Tecnologia, tal como é reclamado pela sociedade, pois em suas próprias características, não devem ficar subordinados à área de segurança pública.

A sociedade estará atenta ao desenvolvimento desse processo, apoiando o aprofundamento das investigações ora em andamento, e aguardando a institucionalização de sua participação, através do Conselho Estadual de Segurança Pública.

Como afirma o antropólogo Antônio Mourão Cavalcante, que tem sido um observador e crítico das ações do Governo Estadual, "nessa hora em que estouram tantas tragédias, crimes e denúncias contra as polícias de todo o País, essa corajosa atitude do Governador Tasso pode nos colocar na vanguarda. O Ceará tem chances de se tornar, rápido, um exemplo para o Brasil. Uma polícia a serviço da sociedade. Subordinada aos interesses sociais. Voltada para o compromisso de garantir a segurança de todos. Sr. Governador, parabéns. Como cearense, orgulho-me de sua determinação".

É esse é o sentimento de todos os cearenses.

30 de abril de 1997

Lúcio Alcântara, Senador da República pelo Partido da Social-Democracia Brasileira, foi eleito para a Legislatura 1995/2002 e integra as seguintes comissões:

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Titular)

Comissão de Assuntos Sociais (Titular)

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Titular)

Comissão de Assuntos Econômicos (Suplente)

Comissão de Educação (Suplente)

Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno (Relator)

Membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.

Presidente do Conselho Editorial do Senado

"Hoje já não
pedimos apenas um
auxílio solidário à nação:
exigimos a justa cota
de confiança e investimento
que os cearenses fizeram
por merecer."

Lúcio Alcântara